

## ACESSO E PERMANÊNCIA AO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE OS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA INGRESSANTES NA UNEB- CAMPUS XII

*Jamile de Souza Soares*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

*Sônia Maria Alves de Oliveira Reis*

Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

**Resumo:** O presente trabalho tem como finalidade analisar o perfil social, econômico e o percurso formativo dos estudantes do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XII- Guanambi*, afim de compreender os avanços e desafios enfrentados pelos discentes ao acesso e permanência no ensino superior. Nesse cenário, o estudo foi realizado com estudantes do terceiro semestre do curso de Pedagogia, no primeiro bimestre de 2019, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário. A partir das respostas dos questionários, traçamos o perfil dos discentes, que se caracterizam, em sua maioria, como estudantes de escolas públicas, vindos de famílias com renda baixa e que exercem atividades formais/informais para auxiliar financeiramente sua sobrevivência. Também chama atenção o fato de muitos serem os primeiros do grupo familiar a adentrar o ensino superior, o que demonstra um avanço no acesso a esse espaço. Contudo, esses sujeitos enfrentam dificuldades para permanência na universidade, devido a sua origem socioeconômica e por isso, enfatizam a importância dos programas de assistência estudantil que os auxiliam financeiramente.

**Palavras-Chave:** Acesso. UNEB/*Campus XII*. Permanência.

### Introdução

O acesso à escolarização no Brasil é intimamente relacionado as desigualdades presentes na sociedade, principalmente o ensino superior que caracteriza as posições sociais mais elevadas e bem remuneradas na atualidade (HASENBALG, 2003). Todavia, nos últimos anos algumas políticas públicas têm auxiliado o acesso e permanência da população ao ensino superior, dentre elas a Política de Cotas e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que podem fazer emergir novos sujeitos nesses espaços, também desafios, visto que, não fora pensando para os mesmos.

Com vistas a isso, o presente estudo teve como objetivo analisar o perfil social, econômico e o percurso formativo dos estudantes do curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XII- Guanambi*, afim de compreender os avanços e desafios enfrentados pelos discentes ao acesso e permanência no ensino superior. A pesquisa teve abordagem qualitativa, pois caracteriza-se por ser interpretativa, baseada em experiências,

situacional e humanística, bem como sendo consistente com suas prioridades de singularidade e contexto (STAKE, 2011).

Nesse cenário, o estudo foi realizado com estudantes do terceiro semestre do curso de Pedagogia, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário que, como afirmam Martins e Lintz (2011, p. 38): “[...] é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever.”. Ademais, a pesquisa foi realizada no primeiro semestre do ano de 2019, no componente curricular de Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvida pela docente da disciplina em parceria com sua monitoria de ensino.

Assim, o estudo ao pesquisar um contexto específico, demonstrando avanços e desafios, pode proporcionar a análise e elaboração de políticas públicas, bem como, auxiliar a construção de novas pesquisas. Outrossim, o trabalho está subdividido em tópicos, onde no primeiro momento se encontra uma breve análise histórica do ensino superior no Brasil. Posteriormente, a pesquisa realizada com os discentes. Por fim, algumas considerações sobre os dados encontrados e os objetivos.

### **O ensino superior no Brasil**

A implementação do ensino superior no Brasil, assim como à educação básica, aconteceu de forma desigual, também tardia em relação a outros países da América Latina (CUNHA, 1980). Na medida que as primeiras universidades da América remontam ao século XVI, a primeira universidade fundada no Brasil emerge no século XX. Este atraso em relação aos vizinhos americanos, aliado à longa duração da escravidão, constituem fatores que explicam em parte a posição de desvantagem do Brasil em relação àqueles países (PINTO, 2004).

Ainda segundo Pinto (2004), um dos principais fatores que tem deixado o país em desvantagem em relação aos vizinhos latino-americanos é a adoção de um modelo de expansão assentado no setor privado. Como políticas do modelo privatista de expansão, o autor destaca a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), na ditadura militar, e intensificado após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/Lei 9394/96), no governo Fernando Henrique Cardoso, que se caracterizam pela abertura do setor aos agentes do mercado. Logo, além de ter produzido uma privatização e mercantilização, também teve graves consequências sobre a oferta do ensino.

A grande expansão das matrículas no ensino superior aconteceu a partir da década de 1990, segundo Catani e Hey

O fenômeno pode ser explicado por um processo iniciado com a quase universalização do ensino fundamental (que até 2006 correspondia a uma etapa de 8 anos e, a partir de 2007, será estendido para 9) nos anos 1990. Com isso elevou-se o número de alunos cursando o ensino médio – ainda que com disparidades regionais –, bem como o de seus concluintes e, conseqüentemente, a pressão de um largo segmento populacional por continuidade em seus estudos tornou-se significativa na primeira década do século XXI. (2007, p.3).

Devido a ampliação da educação básica e de seus concluintes, bem como o anseio das camadas populares em adentrar o ensino superior, conseqüentemente houve a expansão do setor. Contudo, devido ao processo de privatização, a maioria da oferta de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) se dava essencialmente, na rede privada, excluindo grande parte da população que não tinha condições de arcar com os custos do ensino.

Outrossim, na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal. Essa instituição teve o mérito de reavivar o debate em torno da questão universitária no país. Esse debate, nos anos 20 do século passado, adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). As temáticas debatidas eram, entre outras: a concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil (FÁVERO, 2006).

Realizando um recorte histórico dos anos que seguem a década de 1990, marcados pela política neoliberal, modernização e expansão da oferta do ensino, destaque para a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), a criação da Universidade de Brasília (UnB) e também a participação densa de movimentos estudantis. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve importante papel na luta pela democratização do ensino superior, realizou diversos encontros e seminários sobre o tema, construindo o projeto estudantil para a transformação das IES.

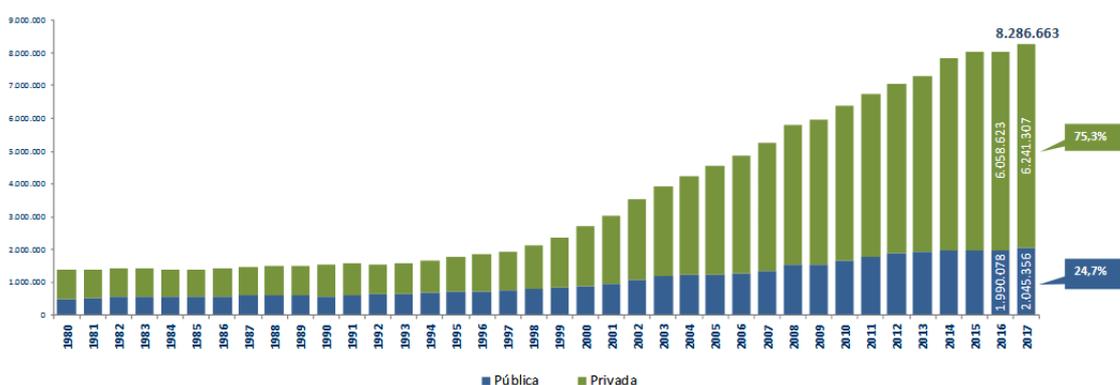
Nos anos 2000, principalmente ao longo do governo Lula, houve um aumento em investimentos nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada. (SAVIANI, 2010). O que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições remuneradas, foi o Programa Universidade para todos (PROUNI), criado em 2004, que oferece bolsas em

faculdades particulares para estudantes de baixa renda. Também criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que estabelece os critérios de avaliação das IES, por meio de instrumentos como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Nesse cenário, de continuidade de políticas públicas neoliberais, houve aumento na expansão e acesso ao ensino superior no país, como demonstra o gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** Evolução das matrículas no ensino superior, entre 1980-2017

**Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa – 1980-2017**



Fonte: MEC/ INEP<sup>1</sup>, 2021.

Analisando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) presentes no gráfico, é possível observar o aumento significativo do número de matrículas no ensino superior no país, principalmente a partir dos anos 2000, onde se inicia o primeiro mandato do presidente Lula. Nos anos seguintes, o número de matrículas continua em elevação, chegando em 2017 a mais de 8 milhões de discentes. Além disso, se comparados a década de 1990, houve um aumento de mais de 800%, uma conquista referente ao acesso nesse setor.

Todavia, ainda segundo os dados do gráfico o ensino superior é majoritariamente pertencente ao setor privado, realidade desde sua origem no país. Em 2017, com mais de 6 milhões de alunos, a rede privada tinha três em cada quatro alunos de graduação, o que reafirma os apontamentos de Pinto (2004) referentes a adoção de um modelo de expansão assentado no

<sup>1</sup> Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 22 de out de 2020.

setor privado. Assim, apesar do avanço no acesso, este ainda é predominante das classes dominantes, visto que, os trabalhadores não possuem condições de adentrar ao ensino privado.

Ademais, a elevação no número de matrículas está intimamente relacionada as políticas públicas educacionais conquistadas dos últimos anos, a exemplo, a Lei de Cotas. Publicada em 29 de agosto de 2012, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711) decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas. E desta porcentagem, metade das vagas deve ser destinada aos estudantes de famílias com renda mensal igual ou menor que 1,5 salário mínimo *per capita*. Uma conquista para os discentes de renda baixa e das escolas públicas, que agora podem adentrar em um espaço que fora historicamente negado.

Também, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que tinha como objetivo avaliar os estudantes, começou em 2008 a servir para o ingresso no ensino superior e certificação do ensino médio. Posteriormente, em 2009, a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), tem como finalidade escolher candidatos para as vagas disponibilizadas pelas universidades públicas que utilizam a nota do Enem como etapa do vestibular. Essas ações, dentre outras, possibilitaram o ingresso dos estudantes ao ensino superior, pois auxiliam na oferta e seleção de vagas.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) se destaca no que se refere à sistema de cotas, foi a primeira universidade do Nordeste e a segunda do país a instituir cotas sociorraciais, em 2002, para ingresso em todos os seus cursos de graduação e pós-graduação, reservando 40% das vagas para negros e, posteriormente, 5% de sobrevagas para indígenas. Além disso, a partir de 2019, ampliou as cotas para outros segmentos sociais historicamente discriminados. A universidade assegura vagas para quilombolas, ciganos, transexuais, travestis e transgêneros e para pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades, cada grupo com direito a 5% de sobrevagas.

O acesso ao ensino superior vem alcançando índices cada vez mais altos, fazendo necessário políticas de permanência nesses espaços, visto que, os sujeitos que agora adentram as IES são de origem da classe trabalhadora e não possuem recursos para despesas acadêmicas. Referente a formação de professores, por exemplo, o governo federal possui Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas. A nível estadual, o programa de assistência estudantil Mais Futuro, com intuito de garantir a

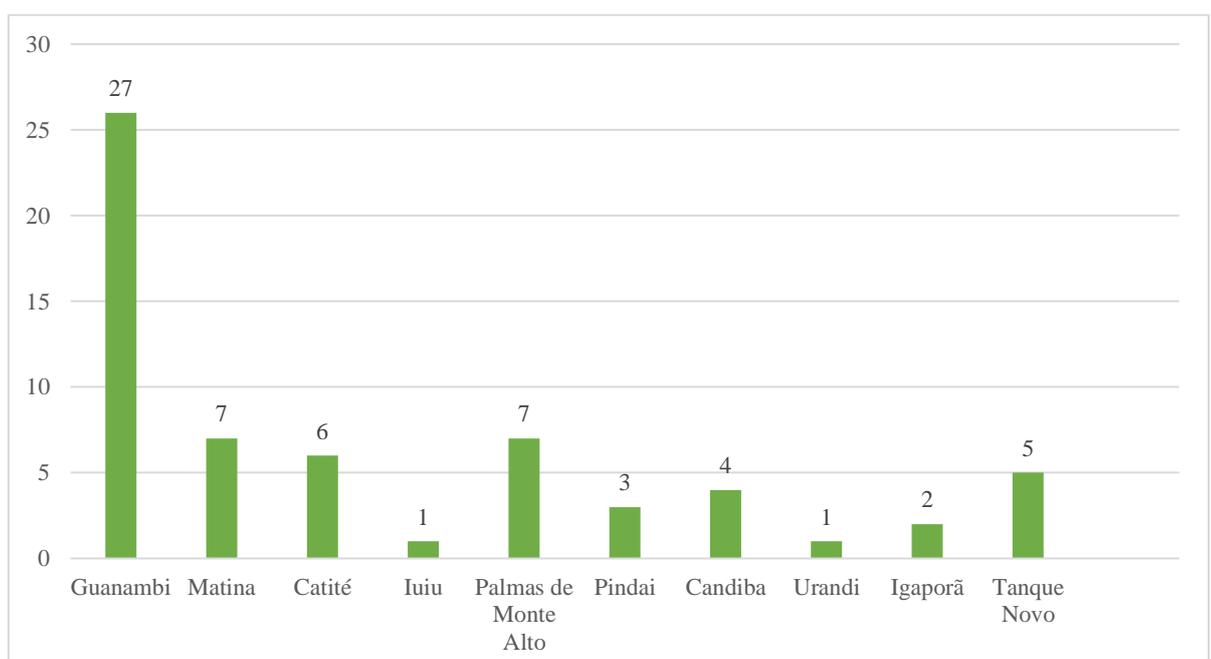
permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais (Uneb, Uefs, Uesb e Uesc), onde são ofertados estágios e auxílio financeiro, este no valor de R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 mensais.

Em suma, a ampliação do ensino superior deve estar atrelada a políticas públicas de permanência, principalmente para os estudantes em condições de vulnerabilidade econômica. Necessário também, analisar quem são esses sujeitos que adentram esse espaço, quais suas demandas, dificuldades e sua cultura, para pensar uma universidade pública democrática. Por isso, nesse estudo, procuramos analisar quem são os discentes ingressantes na UNEB- *Campus* XII, qual seu perfil socioeconômico, percurso formativo e quais as dificuldades que enfrentaram/enfrentam para permanência na IES.

### Um olhar sobre os (as) estudantes do curso de Pedagogia na UNEB *Campus* XII

Com o objetivo de analisar o perfil social, econômico e o percurso formativo dos (as) estudantes do curso de pedagogia da UNEB *Campus* XII- Guanambi, foi realizado um questionário com discentes do terceiro semestre, dos turnos matutino e noturno. Assim, os quantitativos de 63 questionários foram respondidos, sendo 31 de alunos do período da manhã e 32 do noturno, residentes em diversos municípios próximos a universidade, como apontado no gráfico abaixo.

**Gráfico 2.** Municípios em que residem os sujeitos da pesquisa



**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2021.

Nesse cenário, os sujeitos da pesquisa são pertencentes a onze cidades, a saber: Guanambi, Matina, Caetité, Iuiu, Palmas de Monte Alto, Pindai, Candiba, Urandi, Igaporã e

Tanque Novo. Além disso, a maior parte dos discentes, cerca de 27, residem no município de Guanambi, local onde está situada a instituição. Contudo, os demais 37 estudantes se distribuem em diferentes municípios que tem distâncias que varia de 30 a 120 km do *Campus*. Nesse contexto, destacamos os sete sujeitos dos municípios de Palmas de Monte Alto com 38 km de distância e Tanque Novo com mais de 109 km contabilizando mais de uma hora de viagem.

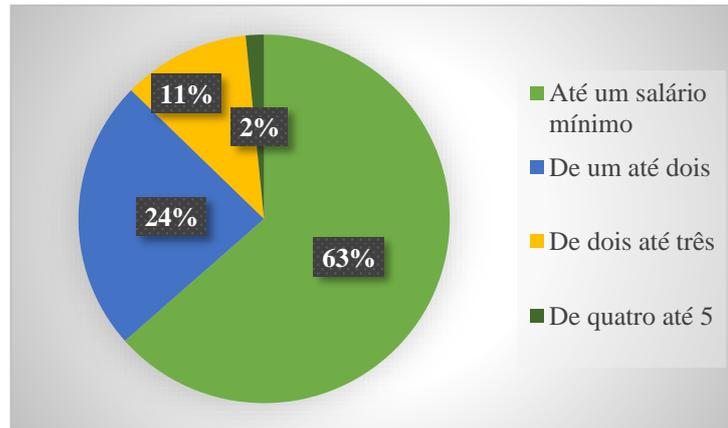
Assim, essa realidade demonstra a diversidade e amplitude da universidade, que engloba sujeitos de diferentes localidades e contribui para o acesso ao ensino superior. Todavia, as distâncias percorridas pelos estudantes podem provocar problemáticas no processo de aprendizagem, devido ao cansaço e até mesmo dificuldades financeiras quando o transporte ~~quando~~ não é oferecido gratuitamente, como é o caso de discentes dos municípios de Palmas de Monte Alto e Caetité. Por isso, é importante a ampliação/interiorização do ensino superior no estado, para que possa alcançar toda população.

No que tange ao perfil dos sujeitos, cerca de 70% possuem idade entre 18 a 25 anos, se constituindo jovens e adultos que tiveram percurso linear na escolarização. Também, do total de 63 estudantes, 50 residem na cidade e 13 no campo, demonstrando uma maior presença da cidade em detrimento ao espaço rural. Um dado divergente, visto que, a população rural na região do *Campus* e cidades vizinhas é expressiva. Por isso, ainda ficam evidentes as contradições entre cidade/campo no acesso à educação, que é resultado de um processo excludente e de negação de direitos a esses povos (CALAZANTES, 1993).

Porém, um estudo realizado por Nascimento, Marques e Trindade (2020) apontou um crescimento na presença de jovens do campo no DEDC/XII, considerando para levantamento de dados as matrículas dos ingressantes entre 2013 e 2016. Segundo os autores, isso se deve ao processo de democratização da universidade decorrente das políticas de acesso mais recentes implantadas no Brasil, a exemplo, do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e da política de cotas. Apesar de o número de estudantes do campo ser inferior ao da cidade, a pesquisa apontou avanços conquistados por meio de políticas públicas, que devem ser valorizadas e defendidas.

Ademais, ao serem questionados sobre a renda familiar, mais da metade salienta que sobrevivem com até um salário mínimo, como demonstrado no gráfico a seguir.

### **Gráfico 3.** Renda familiar mensal dos (as) estudantes



**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2021.

Nesse sentido, a renda familiar dos (as) estudantes do curso de Pedagogia se encontra entre um a dois salários mínimos, pois apenas 13% apontou mais de dois salários mínimos. Logo, são sujeitos pertencentes a classe trabalhadora, considerados de renda baixa e que necessitam muitas vezes de programas de redistribuição de renda do governo para auxiliar em sua sobrevivência. Também, isso justifica o fato de mais 85% sempre ter frequentando escolas públicas, pois não possuíam condições financeiras de acessar o ensino privado.

Desse modo, essa realidade demonstra as dificuldades materiais dos sujeitos da pesquisa, visto que, por não terem condições financeiras mais de 40% trabalham em turno oposto, afim de ter renda para arcar com os gastos na universidade. Nesse sentido, o acesso da população ao ensino superior não é suficiente, é preciso políticas de permanência nesses espaços como aponta os estudos de Zago

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino [...]. Não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, conforme indicam os resultados da pesquisa que realizei. Assim, torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de ‘sucesso escolar’. (2006, p.228).

Outrossim, cerca de 77% dos sujeitos da pesquisa afirmaram que são os primeiros da família a cursar o ensino superior, demonstrando que o ingresso da população trabalhadora a educação ainda é carregada por problemáticas. Nesse sentido, além das dificuldades materiais, os (as) alunos (as) enfrentam dificuldades simbólicas ou culturais, sendo estas “mais sutis e difíceis de ser apreendidas, pois ligadas à socialização no ambiente familiar e na trajetória peculiar do indivíduo” (ALMEIDA, 2009, p. 124).

As dificuldades simbólicas e culturais estão associadas a ausência de capital cultural (BORDIEU, 2010) dos estudantes que pertencem a classe social com renda baixa. As respostas nos questionários revelam que mais de 80% possuem pais analfabetos e por isso ausência em hábitos de leitura. Também, apenas 12%, frequentam espaços culturais e bibliotecas, devido à falta do espaço e o não incentivo familiar. Essa realidade retrata a jornada árdua dos trabalhadores no Brasil, que não tem tempo e acesso aos bens e serviços, e muitas vezes tem que escolher entre estudar ou trabalhar para sobreviver.

Na perspectiva do Capital Cultural abordada por Bourdieu (2010) e Passeron (2008), propõe que os filhos de famílias com baixo nível de Capital Cultural por parte dos pais estão sujeitos a não compartilhar da cultura da classe dominante. E esta cultura seria composta por valores, hábitos, maneiras, formas de se expressar etc. que não são transmitidos pelo sistema de educação formal, e, sim, pela educação do ambiente familiar. Logo, os indivíduos que não possuem esse capital enfrentam dificuldade no acesso e permanência ao ensino superior, pois não possuem os hábitos culturais pertencentes a esse espaço.

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas, como destacado anteriormente, cerca de 40% dos sujeitos da pesquisa ajudam na renda familiar através de trabalhos formais ou informais, em turnos opostos ao do curso de pedagogia. Além do cansaço, essa realidade promove entraves na vida acadêmica, pois “O tempo investido no trabalho como forma de sobrevivência impõe, em vários casos, limites acadêmicos, como na participação em encontros organizados no interior ou fora da universidade, nos trabalhos coletivos com os colegas, entre outras circunstâncias” (ZAGO, 2006, p. 10).

Destarte, os sujeitos que não possuem trabalhos formais/informais ainda têm que dedicar tempo aos afazeres domésticos, principalmente as mulheres, que são a maioria na turma, 91% do total. Retratado o que aponta os estudos de Vianna (2002), Rabelo e Martins (2010) sobre a feminilização do magistério brasileiro e sua relação com as questões de gênero, como estereótipos masculinos e femininos que inferiorizam as mulheres. Nesse sentido, Helena Hirata enfatiza que

A hierarquia social do masculino e do feminino, que estabelece a inferioridade e a subordinação do segundo ao primeiro, está longe de se esgotar no âmbito do mercado de trabalho. Se, por um lado, as fronteiras do masculino e do feminino se deslocam, por outro, essa hierarquia mantém-se intacta: os novos contornos da divisão sexual do trabalho ou suas novas modalidades deixam persistir a própria divisão sexual, que se apoia tanto na hierarquia social do masculino sobre o feminino quanto na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. (HIRATA, 2002, p.25).

Desse modo, a autora destaca as contradições de gênero que permeiam o mercado de trabalho e as relações sociais, e que refletem na divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. No que se refere as estudantes do curso de Pedagogia as características ainda são mais marcantes devido ao processo de feminilização da docência historicamente marcadas pelo estereótipo do feminino e as necessidades econômicas. Além disso, o trabalho doméstico exercido por essas mulheres é imposto como obrigação social, tornando sua jornada ainda mais árdua e dificultando seu acesso e permanência no ensino superior.

Nesse cenário, muitas são as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos da pesquisa em seu acesso e permanência na universidade, contudo o fato de estarem nesse espaço já se constitui como conquista de direitos, visto que o ensino superior no Brasil foi por muito tempo privilégio de poucos. Os (as) estudantes destacam no questionário a importância de programas de assistência estudantil para sua permanência nos estudos, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas. Também o programa de assistência estudantil “Mais Futuro” criado pelo Governo do Estado, para garantir a permanência dos estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, nas universidades públicas estaduais.

As problemáticas enfrentadas por esses sujeitos emergem devido a sua condição material e social, pois, Souza e Vazquez (2015, p. 411) em diálogo com outras teorias e pesquisas, afirmam que:

Os jovens de escolas públicas (por conta de sua origem predominante nas camadas populares) possuem baixa expectativa de continuidade dos estudos (em geral, e de ingresso no ensino superior em particular, especialmente na universidade pública) e alta expectativa de ingresso no mercado de trabalho (por conta da necessidade de contribuir com a renda familiar).

Em virtude da sua origem nas camadas populares, os estudantes das universidades públicas possuem baixa expectativa de acesso ao ensino superior e alta no ingresso ao mercado de trabalho. Por isso, os 40% dos sujeitos da pesquisa trabalham em turno oposto aos estudos para ajudar na renda familiar, fazendo com que a jornada no ensino superior seja ainda mais árdua. Porém, as bolsas de assistência estudantil auxiliam nesse cenário, proporcionando maior dedicação aos estudos e são essenciais para a permanência desses discentes no ensino superior.

### **Apontamentos finais**

Esse estudo esteve alicerçado ao objetivo de analisar o perfil social, econômico e o percurso formativo dos estudantes do curso de Pedagogia na UNEB- *Campus XII*, bem como,

afim de compreender os avanços e desafios enfrentados pelos discentes ao acesso e permanência. Utilizando como instrumento metodológico um questionário e tendo como sujeitos discentes do terceiro semestre do curso de Pedagogia matutino/noturno.

O ensino superior no país é marcado pela desigualdade e exclusão, além da forte presença do setor privado. Autores como Pinto (2004) e Saviani (2010) apontam os avanços referente a ampliação de vagas na última década ao mesmo tempo em que chamam a atenção para os perigos da privatização do setor que deveria ser público.

A partir das respostas dos questionários, traçamos o perfil dos discentes, que se caracterizam, em sua maioria, como estudantes de escolas públicas, vindos de famílias com renda baixa e que exercem atividades formais/informais para auxiliar financeiramente sua sobrevivência. Também chama atenção o fato de muitos serem os primeiros do grupo familiar a adentrar o ensino superior, o que demonstra um avanço no acesso a esse espaço.

Contudo, esses sujeitos enfrentam dificuldades para permanência na universidade, devido a sua origem socioeconômica e por isso, enfatizam a importância dos programas de assistência estudantil que os auxiliam financeiramente. Assim, essas políticas, consideradas como conquistas, devem ser preservadas e ampliadas para a garantia de uma educação superior para todos.

## Referências

ALMEIDA, W.M. **USP para todos?:** estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública. São Paulo: Musa Editora, 2009.

BOURDIEU, P. **Os três estados do Capital Cultural.** In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (organizadores). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm). Acesso em: 13 nov de 2020.

CALAZANS, M. **Para compreender a educação do Estado no Meio Rural: Traços de uma trajetória.** In: THERRIEN; DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). Educação e Escola no campo. Campinas: Papyrus, 1993.

CATANI, A. M.; HEY, A. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO. **ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO** – PPGE/ME FURB. v. 2, nº 3, p. 414-429, set./dez. 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/jamile/AppData/Local/Temp/A\\_EDUCACAO\\_SUPERIOR\\_NO\\_BRASIL E\\_AS\\_TENDENCIAS\\_DAS\\_.pdf](file:///C:/Users/jamile/AppData/Local/Temp/A_EDUCACAO_SUPERIOR_NO_BRASIL_E_AS_TENDENCIAS_DAS_.pdf). Acesso em: 20 de out de 2020.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÁVERO, M. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 13 de nov de 2020.

HASENBALG, C. (2003). “**A transição da escola para o trabalho**”. In: Hasenbalg, Carlos & Valle Silva, Nelson do (orgs.). Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro, Topbooks, vol. 1, pp. 147-172.

HIRATA, H. Introdução. In: HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. 2002. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 25.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para Elaboração de Monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso.** 2. Ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, M. M.; MARQUES, T. G. TRINDADE, D. R. Jovens do Campo no ensino superior. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p.01- 30, e 020035, 2020. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1259/695>>.

PINTO, J. M. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acesso em: 20 de out de 2020.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério.** In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2010. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em: 20 de out de 2020.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades. **Poésis Pedagógica-V.8, N.2 ago/dez.2010.** Disponível em:

< <file:///C:/Users/jamile/AppData/Local/Temp/14035-Texto%20do%20artigo-55684-1-10-20110426-1.pdf>>. Acesso em: 02 de out de 2020.

SOUZA, D. C. C; VAZQUEZ, D. A. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 41, n.2, p. 409-426, abr./jun. 2015.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Porto Alegre: Penso, 2011.

VIANNA, C. P. **O sexo e o gênero da docência.** Cadernos PAGU, Campinas, SP, n. 17/18, p.81-103, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>. Acesso em: 13 de nov de 2020.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio-ago 2006.

#### SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

##### **Jamile de Souza Soares**

Pedagoga (UNEB); Mestranda em Educação (PPGE/UESB); Membro Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDEC; Bolsista CAPES. E-mail: [jamsouza\\_2016@hotmail.com](mailto:jamsouza_2016@hotmail.com)

##### **Sônia Maria Alves de Oliveira Reis**

Doutorado (2014) em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia; Professora externa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UESB); Coordenadora de área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Líder do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPq). E-mail: [sonia\\_uneb@hotmail.com](mailto:sonia_uneb@hotmail.com)